

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.961 - RJ
(2019/0283023-9)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
**EMBARGANTE : HIPORTE - HIPOTERAPIA E EQUITACAO TERAPEUTICA
LTDA**
ADVOGADOS : PAULO JOSE BASTOS COSENZA - RJ174074
LIANE KLOTZ DE ALMEIDA COSENZA - RJ214858
EMBARGADO : MUNICIPIO DE ITATIAIA
PROCURADOR : MARCELO MACEDO DIAS - RJ167115

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por HIPORTE - HIPOTERAPIA E EQUITACAO TERAPEUTICA LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante o seguinte:

Quando em sede de Agravo em Recurso Especial, a embargante apresentou como fundamento para a necessária admissão do Recurso os inúmeros questionamentos que rodeiam a utilização desenfreada da Súmula 735 do STF.

Tais questionamentos envolvem tanto a sua constitucionalidade, uma vez que gera uma supressão ao princípio constitucional do duplo grau de jurisdição, quanto a colocação de barreiras pelo Supremo Tribunal à admissão do Recurso, em que pese tais limites não constarem do texto legal.

No entanto, a decisão embargada não apreciou essas questões ventiladas e, apenas, decidiu conforme o texto da Súmula, empregando um único julgado que, data vênia, não é cabível ao caso em apreço (fl. 137).

“Em regra” no dicionário português tem por significado <algo que ocorre geralmente, habitualmente>, mas não que seja uma regra absoluta, ou que deva ser aplicável a todo caso materialmente igual àquilo que dita o parâmetro, sem maiores discriminações.

Sendo assim, é possível interpretar que existem casos que uma decisão com natureza acautelatória ou antecipatória podem ser admitidas e reanalisadas pelo Tribunal Superior.

Entretanto, o d. Ministro não expôs que casos são esses passíveis de admissão, o porquê é passível de admissão e o que diferem esses casos do caso da embargante. Apenas generalizou o caso com base em uma jurisprudência, citando, ainda, outro precedente para confirmar sua decisão, sem, tampouco, expor essa obscuridade entrevista (fl. 138 e 139)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente